A CULPA HISTÓRICA PARA COM OS POVOS INDÍGENAS

Ao longo dos séculos da história brasileira, foram infligidos terríveis sofrimentos aos povos indígenas. Os índios foram desprezados, perseguidos, exterminados, escravizados e massacrados. Perderam suas terras, sendo obrigados a fugir para regiões mais ermas. Muitas tribos foram dizimadas por doenças e epidemias trazidas pelos brancos.

A declaração de "guerras justas" pelas autoridades do tempo colonial contra os índios que resistiam aos abusos, foi usada como desculpa para exterminá-los e escravizá-los. Com os interesses dos que cobiçavam as terras indígenas e a exploração de uma mão-de-obra barata, os índios passaram a ser vistos como intrusos em suas próprias terras, eles que são os primários e naturais senhores delas.

Séculos de perseguição e maus-tratos aniquilaram centenas de milhares de preciosas vidas humanas. Nós brancos, necessitamos de um reconhecimento da nossa culpa, de um arrependimento diante de Deus, pelas brutalidades cometidas no passado.

Os seguintes fatos, extraídos do livro ***"O Índio na História do Brasil"*** **de Berta Ribeiro,** deverão servir para o propósito de conscientizar-nos dos erros do passado, e assim contribuir para sarar a nossa terra (Veja 2 Crônicas 7.14).

Berta G. Ribeiro é pesquisadora-bolsista do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas junto ao Departamento de Antropologia do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Licenciada em Geografia e História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro e doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. Sua área de especialização é etnologia indígena e, dentro desta, arte, artesanato e tecnologia. Realizou trabalhos de campo entre grupos indígenas do alto e médio Xingu (norte de Mato Grosso e sul do Pará) e do alto rio Negro (Amazonas).

OS ÍNDIOS NA ÉPOCA DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL

Prevaleceu por muito tempo a divisão dos índios do Brasil em *Tupi* e *Tapuia,* e serviu para distinguir os grupos do litoral daqueles do sertão.

Os Tupi-Guarani – eram habitantes da costa e ocupavam quase todo o litoral. Espalharam-se pelo Brasil, a Argentina, Uruguai, Paraguai, Peru e Bolívia.

Os Tapuia – eram habitantes dos cerrados e viviam no sertão.

Cada grupo era subdividido em inúmeras outras tribos.

QUEM É ÍNDIO?

Darcy Ribeiro distingue as seguintes situações dos índios atualmente:

1. *Grupos isolados.* Compreende os índios, cujo território não foi alcançado pelas frentes de expansão.

2. *Grupos em contato intermitente.* Inclui as tribos situadas em regiões pouco populosas, como a Amazônia e o centro-oeste. Embora já atingidos pelas frentes pioneiras, encontram-se a salvo de incursões, devido à atuação protecionista oficial.

3. *Grupos em contato permanente.* Nesta situação, encontram-se as tribos que conservam a tradição, como a língua e a cultura, mas dependem do fornecimento de bens da civilização, aos quais se habituaram e de que não mais podem prescindir.

4. *Grupos integrados.* Sãos os grupos que perderam a língua e outras carac-terísticas tribais e raciais, contudo, mantêm a sua identidade indígena. Dependem economicamente da sociedade em meio a qual estão ilhados, e lutam para preservar as terras que lhes restam e sua condição de índios.

Índios são todos aqueles que se consideram como tais, não obstante a perda ou descaracterização de seus traços raciais e culturais, ou seja,

"Índio é todo indivíduo reconhecido como membro de uma comunidade de origem pré-colombiana, que se identifica como etnicamente diversa da nacional e é considerada indígena pela população brasileira com que está em contato."

Essa conceituação foi incorporada à legislação vigente e é aceita por todos os que tratam da questão indígena.

QUANTOS ERAM OS ÍNDIOS DO BRASIL PRÉ-COLOMBIANO?*

A avaliação mais baixa dos chamados estudos "clássicos", da população indígena na época da conquista da América, é de 8 milhões e 400 mil índios e, a mais alta, de 40 a 50 milhões, para toda a América. Se aceitarmos essa última estimativa, verificaremos que, em quatro séculos, a população nativa americana foi reduzida a um oitavo do montante original. Estudos recentes, porém, mostram que o declínio foi muito mais drástico, devido principal-mente à incidência de doenças antes desconhecidas (varíola, gripe, sarampo, tuberculose, sífilis, etc.) e ao rigor da escravidão.

Segundo o testemunho do Padre Bartolomeu de las Casas, ele responsabilizou os espanhóis pelo genocídio de 40 milhões de índios em apenas 60 anos.

Dados etnográficos sobre a depopulação de índios no Brasil, por Dobyns, no caso dos índios Kayapó das margens do rio Araguaia: Os padres dominicanos se estabeleceram na região em 1903 para suprimir os conflitos entre esses índios e seringueiros que penetraram em seu território. Eles estimaram a população Kayapó em 6 a 8 mil indivíduos. Em 1918 estavam reduzidos a 500 índios e, em 1929, a apenas 27, num declínio de 222 a 1, que os levou à extinção. Em 1958, havia uma única sobrevivente.

Num trabalho publicado em 1972, Pierre Clastres chega à conclusão de que, antes da chegada dos europeus, havia cerca de 1.404.000 Guarani no retângulo compreendido entre o alto rio Paraguai e a costa atlântica. Clastres calcula a população do continente em 80 a 100 milhões de índios, que representavam a quarta parte da humanidade de então.

Segundo dados divulgados recentemente pela Sociedade Bíblica do Brasil, havia cerca de 5 milhões de índios no Brasil em 1500, e atualmente há apenas 360 mil.

De qualquer forma, o vulto do genocídio praticado pela conquista e a colonização européia na América, através do contágio, muitas vezes proposital, de doenças, da brutali-dade da escravidão e das condições de vida impostas aos índios, não tem paralelo em toda a História. Para justificar sua ferocidade, os europeus chegaram a negar que os habitantes das Américas fossem criaturas humanas.

* pré-colombiano – anterior aos descobrimentos de Cristóvão Colombo

ESCAMBO

Os traficantes portugueses e também franceses, se voltavam para os indígenas em busca de auxílio para a extração do pau-brasil. Não havendo animais de tração para arrastar as árvores do local de abate ao de embarque, careciam do braço indígena que também era necessário para abastecer as naus, de lenha, provisões e água.

Em troca de camisas, chapéus, facas e outros artigos, e com ferramentas que os brancos lhes davam, os índios cortavam, desbaratavam, serravam, falqueavam e toravam o pau-brasil. Depois levantavam nos ombros os toros e os conduziam 3 ou 4 quilômetros por montanhas e terrenos acidentados até beira-mar, aos navios ali ancorados. Os brancos faziam uma espécie de permuta com os índios, chamados pelos historiadores de *escambo*, porque não se trata, evidentemente, da troca de mercadorias de valor equivalente, mas de permuta de objetos por trabalho e suprimentos.

Em 1531 e com a divisão do Brasil em capitanias hereditárias, o escambo de produtos se torna inadequado, assumindo importância cada vez maior o uso do mesmo sistema para conseguir trabalho. Os colonos careciam do trabalho indígena para transformar as colônias em centros produtivos, de lucro fácil e barato.

Os índios possuíam fartas roças, plantadas e colhidas pelas mulheres, enquanto os homens se dedicavam à caça e pesca, também abundantes. O escambo por ferramentas e outros objetos eram usados

para obter alimentos dos índios. A construção de casas e fortificações, a derrubada de matas para a formação de lavouras e a ajuda em roças e fazendas se fizeram com o braço indígena, por meio do escambo.

Mas, o escambo ia-se tornando insatisfatório como meio de os portugueses obterem o que queriam. Apresenta-se, então, a alternativa da escravidão.

"GUERRA JUSTA"

O assalto às aldeias indígenas, praticadas pelos caçadores de escravos é responsável pela causa das guerras que agitaram o período anterior a 1549.

Concorria também para essas guerras o incitamento dos franceses, sobretudo nas colônias situadas em terras então em mãos de Tupinambá, e as tentativas do donatário de escravizar os índios nos trabalhos da florescente cultura canavieira. Os portugueses eram amigos dos Tupiniquin.

O tráfico regular de escravos negros teve início em 1568, uma vez que era muito mais barato, apanharem-se escravos índios na mata, do que pagar 20 a 30 libras por "peça" trazida da África.

Em 1549, é estabelecido o Governo Geral. A principal tarefa de Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil, foi defender os estabelecimentos portugueses contra os índios hostis e os franceses.

Tomé de Souza queria atender aos interesses do rei e dos colonos. Ordenou que só os índios hostis fossem assaltados. Os índios capturados nessa "guerra justa" poderiam ser escravizados. Com isso, buscou ganhar a lealdade dos índios amigos, proteger os interesses dos colonos e abrir caminho à destruição sistemática das tribos hostis.

O trabalho nos campos e nos engenhos era obtido pela escravização de cativos feitos em "guerra justa".

A declaração de "guerras justas" contra os índios que resistiam aos abusos, foi apenas uma desculpa para exterminá-los e escravizá-los.

Os fazendeiros do tempo colonial, interessados em expandir suas plantações, passam a considerar as roças dos índios livres, um obstáculo, e tomam-lhes as roças. Inicia-se, pois, a luta entre portugueses e nativos pela posse da própria terra. Em um conflito na região da Bahia, em 1555, os índios acabaram sendo expulsos por tropas mandadas da cidade, que queimaram as aldeias dos atacantes e escravizaram, como vítimas de "guerra justa", os índios sobreviventes.

Para obter mantimentos de índios livres, os colonos já então usavam de ameaças, ao invés de mercadorias em troca.

Para fazer cessar as lutas entre colonos e índios, Mem de Sá, que chegara em 1557, lhes moveu uma guerra violenta e ordenou aos índios vencidos que se tornassem cristãos e se agrupassem em aldeamentos sob a direção dos padres jesuítas. Entre 1557 e 1562, 34.000 índios agruparam-se em onze paróquias.

A expansão das fazendas requeria mais e mais o braço escravo. Mem de Sá inicia em 1562, uma feroz perseguição contra os Caeté para escravizar as vítimas de "guerra justa".

A depopulação indígena na Bahia, provocada pela guerra aos Caeté, as epidemias e a fome, atingiu em 1563 cifras brutais: calcula-se que de 80 mil índios teriam sobrevivido 9 a 10 mil. Essa gente, debilitada e desmoralizada, foi acometida de febre (provavelmente malária), seguida de uma epidemia de varíola.

Há referência a alguns métodos usados pelos colonos para enganar os índios: eles vão ao sertão dizendo-lhes que se vierem com eles estarão como em suas aldeias. Chegando no litoral, os repartem entre si, uns levam as mulheres, outros os maridos, outros os filhos, e os vendem.

AS MISSÕES JESUÍTICAS

Data de 1549 a chegada da primeira missão jesuítica enviada ao Brasil por D.João III, em companhia do primeiro governador-geral, Tomé de Souza. Era composta por 8 missionários sob a chefia do Pe. Manuel da Nóbrega. D. João III assinala que o motivo primordial que o movia a colonizar a nova terra era "para que a gente dela se convertesse à nossa santa fé católica."

Na verdade, não era esse o único motivo, mas a defesa dos interesses portugueses contra a cobiça de outras nações e a exploração econômica da colônia em proveito da metrópole.

A primeira etapa da catequese foi a doutrinação nas aldeias. Mas pouco depois, os índios voltavam aos costumes antigos. Os padres resolveram segregar então os índios em aldeamentos para modificar o seu sistema social e econômico.

Mas logo verificaram os padres que a segregação dos índios cristãos de seus irmãos pagãos, por si só não bastava. A religião e a moral que os jesuítas lhes pregavam, de modo algum eram professadas pelos colonos. Não só porque alguns dos primeiros povoadores eram criminosos, que vinham aqui cumprir pena de degredo, mas principalmente porque adotaram maus costumes. A falta de mulheres brancas fazia com que os colonos detinham verdadeiros haréns de mulheres índias.

Os jesuítas exerciam direta ou indiretamente o governo temporal nos aldeamentos. Para índios rebeldes, o governo português, especialmente Mem de Sá, usou o pelourinho e o tronco para punir os índios severamente e os outros índios tiveram que assistir ao castigo para servir de lição para todos. Em casos extremos foram usados o açoite e a mutilação.

O privilégio legal que tinham os jesuítas de subjugar o índio para comunicar-lhe a doutrina cristã, a licença de deslocá-lo de suas terras para levá-los aos aldeamentos, era uma maneira sutil de escravizá-lo, tolhendo sua liberdade e impondo-lhe um modo de vida que não estava apto a receber e que lhe era estranho. A desestruturação da vida tribal permitiu a incorporação de novos territórios ao império colonial.

Nos aldeamentos, os índios se dedicavam a fiar e tecer roupas destinadas à comunidade. Grande era a quantidade de mantimentos produzidos, vindo a suprir, em épocas de crise ou de guerras, os colonos e as expedições de conquista. Os índios também se encarregavam da caça e da pesca. Eram remeiros das canoas e aprenderam os ofícios necessários à construção e manutenção dos aldeamentos: faziam telhas, tijolos, louça, trabalhos de ferreiro, cuidavam do gado.

Dessa forma, os jesuítas prepararam não só a mão-de-obra necessária ao auto-sustento da Companhia, como a de que os colonos precisavam para tocar suas roças, fazendas e engenhos. E, ainda, o de que o Governo prescindia para o combate às tribos hostis, a expulsão dos invasores estrangeiros e a expansão colonial e mercantilista sobre o vasto território. O índio catequizado passa a ser o braço produtivo e o braço guerreiro para as campanhas militares e de devassamento que consolidaram o domínio português no Brasil.

O indígena dos aldeamentos era muito mais dócil que o pagão. Muito se empenharam os jesuítas para transformar o índio em trabalhador obediente e disciplinado, em vencer sua resistência a um trabalho constante e contínuo e a uma atividade mercantil. Os jesuítas forneciam mão-de-obra indígena às fazendas e engenhos.

A imposição da religião cristã aos índios, muitas vezes tornou-se uma opção entre vida e morte, ao invés de ser uma decisão livre e pessoal. Certamente havia catequizadores bem-intencionados, mas lemos numa carta escrita por um padre na época : "... para este gênero, não há melhor pregação do que espada e vara de ferro." O que resultou da pregação não foi um índio convertido, mas subjugado e domesticado.

Os jesuítas foram obrigados a deixar o Brasil em 1759, por ordem do Marquês de Pombal.

A EXPANSÃO TERRITORIAL NOS SÉCULOS 17 E 18

Em 1612, os franceses, comandados por La Ravardière, desembarcam no Maranhão. Os habitantes nativos, Tupinambá, ajudaram-nos a construir o forte S. Luís, na ilha que tomaria o mesmo nome, atual capital do Maranhão.

Alertados, os portugueses avançam em direção ao norte, guiados por mamelucos e guerreiros Potiguar e Tupiniquin. Enfrentam os Kariri do Ceará, inimigos dos tupi. Começam a hostilizar os franceses. Em 1615, La Ravardière abandona o Brasil.

Os Tupinambá, aliados dos franceses, tentam agora aproximar-se dos novos conquistadores, sendo sanguinariamente reprimidos. Em 1621, uma epidemia de varíola aniquilou em três dias o que restara das 27 aldeias Tupinambá que haviam sido atacadas pelos portugueses.

A base econômica da província do Maranhão e Pará, era a coleta de produtos nativos: cacau, baunilha, cravo, canela, sementes oleaginosas e madeiras de lei. Afirmou-se que 12.500 toneladas eram exportadas anualmente para Portugal.

O empreendimento exigia provimento de mão-de-obra adaptada à região, conhecedora dos produtos que se desejava exportar e do local onde poderiam ser encontrados. Para isso, a força do trabalho indígena era a ideal. Não só por ser farta e barata, se comparada ao escravo africano; o próprio comércio escravista

era lucrativo. Comprava-se o índio a 4 mil réis nos altos rios e era revendido a 15, 20 ou 60 em São Luís ou Belém.

Na verdade, o descimento feito pelos jesuítas do Maranhão, era outra forma de escravidão, pois, reunidos nos aldeamentos missionários, os índios eram em seguida repartidos: um terço para o sustento da Missão, um terço para os colonos e o terço restante para o auto-sustento e o das aldeias.

Forro ou cativo, o índio arcava com todos os trabalhos pesados.

O regimento das Missões previa que as mulheres não podiam ser repartidas, postas a serviço dos moradores, a não ser em casos excepcionais como farinheiras (na colheita e processamento da mandioca), e amas-de-leite. Essa ressalva mostra os abusos cometidos contra a mulher indígena.

As expedições de caça ao índio, por volta de 1640, já se faziam no alto Amazonas, uma vez que a população indígena do Maranhão e baixo Amazonas havia sido devastada. As expedições de resgate, empreendidas pelos comerciantes, eram destinadas a "salvar" os índios aprisionados por tribos inimigas e capturar escravos em "guerra justa".

Calcula-se que 1 a 2 mil índios eram trazidos anualmente para a venda nos mercados de Belém e São Luís, somando 100 a 200 mil índios que foram "consumidos"entre 1620 e 1720 só no Maranhão e Pará!

Todas as penetrações dependeram do conhecimento do índio dos segredos da mata, de suas habilidades como agricultor, caçador, canoeiro, guerreiro e artesão.

A lei de 30 de julho de 1609, que deveria ser aplicada no Estado do Maranhão - expressa que os índios são homens livres... Que não seriam compelidos a trabalhos forçados ou deslocados do seu *habitat* contra a sua vontade... Que teriam direitos às suas terras e propriedades... Que os escravos índios fossem imediatamente libertos.

Mas, poucos anos depois, é reinstalada a escravidão nos casos de "guerra justa" e de "resgate".

O governo de Portugal foi incapaz de implantar um modelo econômico que trouxesse verdadeiros benefícios à população e não o inútil desgaste de milhares e milhares de preciosas vidas humanas.

Em 1757 é extinto o cativeiro dos índios no Brasil.

OS BANDEIRANTES NA "CAÇA AO ÍNDIO"

Os Guarani ocupavam uma extensa área no Sul banhada pelos três grandes rios, Uruguai, Paraná e Paraguai, que convergem para o rio da Prata. Corresponde aos atuais territórios do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, no Brasil, às províncias de Corrientes e Entre-Rios, na Argentina, enormes porções do Paraguai, e os campos chamados Vacaria, do Uruguai.

A terra dos Guarani começou a ser invadida a partir de 1516. A primeira redução jesuítica foi fundada em 1610 pelos padres italianos Simon Maceta e José Cataldino.

Os índios eram atraídos às reduções porque era a única maneira de escaparem à escravização pelos colonos espanhóis. Entretanto, situando as reduções guarani fora do alcance dos espanhóis, os padres as aproximavam de um flagelo maior: os mamelucos paulistas, habitantes de Piratininga.

Lugon descreve a destruição da redução de Santo Antônio, um dos estabelecimentos de Guairá: "Caíram (em 1628) primeiro sobre a redução de Encarnación, que devastaram. Os trabalhadores nos campos foram presos e levados; os que resistiam, massacrados. As crianças e os velhos foram massacrados pelo caminho... No total, 15.000 foram presos e arrebatados das reduções."

Os índios arrebanhados pelos bandeirantes paulistas eram vendidos no mercado de escravos, tornando-se o grande "negócio" de pessoas que buscavam avidamente o enriquecimento.

Até 1651, a metade das reduções havia sido destruída. De 48, só restavam 22. Os livros de batismo registravam 150 mil índios. Restavam 40 mil.

O historiador Muratori afirma que "...no espaço de 130 anos, os paulistas fizeram escravos mais de dois milhões de índios, dos quais 50 mil tinham abraçado a religião cristã. De tantos homens que eles arrebataram, dificilmente 1 em cada 100 lhes terá sido de qualquer utilidade. A maior parte pereceu de miséria antes de chegar a S.Paulo. Os que até aí foram conduzidos sãos e salvos, cedo pereceram pelo mau ar que se respira nas minas e pelo trabalho excessivo das plantações de açúcar. Viu-se um registro autêntico, pelo qual se provava que, de 200 mil índios tomados e transportados pelos mamelucos, em cinco anos, restavam apenas 20 mil."

No atual Estado do Rio Grande do Sul, havia sete reduções: S.João, S.Nicolau, S.Luís, S.Lourenço, S.Miguel, S.Borja e Sto. Ângelo. São os "Sete Povos das Missões", cujas ruínas são hoje objeto de visitação turística.

O CICLO DO OURO

A falta de escrúpulos com que o governo de Portugal dispunha da vida dos índios é atestada em um exemplo certamente entre mil: a Carta Régia de 30-5-1718, "autoriza o resgate de 200 índios para, com o produto da *venda* dos mesmos, auxiliar-se a construção de uma nova igreja catedral no Maranhão." O Padre Vieira reconhece, por isto, que da salvação de almas era o que menos se cogitava, e sim "do sangue vermelho dos mesmos tirar o ouro amarelo."

Em 1701, os paulistas descobrem as jazidas de ouro do vale do rio das Velhas em Minas Gerais. Nos anos seguintes, dá-se uma verdadeira invasão de toda sorte de aventureiros às regiões auríferas.

Ambas as margens do rio Paraguai e o Chaco eram domínio de grupos indígenas de língua Guaikuru (Mbayá). Os sobreviventes destes últimos, vivendo atualmente no Sul do Mato Grosso, são os Kadiwéu. O cavalo e o boi, introduzidos no Grão-Chaco, multiplicaram-se prodigiosamente. Os Mbayá-Guaicuru aprenderam a domar o cavalo e a cavalgá-lo. Empregaram-no em suas investidas guerreiras.

A ira dos faiscadores de ouro se dirigia principalmente contra os Paiaguá que, destroçando as flotilhas, levaram o ouro arrebanhado para vender. Em 1734, o rei de Portugal ordenou a "guerra justa" contra os Paiaguá e os Mbayá-Guaicuru. Num ataque de surpresa, os Paiaguá foram literalmente massacrados. Seiscentos índios foram mortos e os 240 sobreviventes, capturados para trabalhar nas minas.

Os bandeirantes entraram em contato com outra tribo, os Paresi, de língua aruak. Eram pacíficos horticultores, laboriosos como os Guaná, de quem obtinham os aguerridos Mbayá-Guaicuru, cujos sobreviventes atuais se chamam Terena, vivendo no Sul do Mato Grosso.

Os faiscadores, que afluíam cada vez em maior número para explorar as minas de ouro do Mato Grosso, necessitavam de escravos. Os Paresi eram incontáveis, dizia Pires de Campo, e estavam ao alcance da mão.

O pretexto dos mineradores era a pesquisa de novas lavras. A pilhagem de víveres, sempre escassos em regiões mineradoras, também atiravam ondas de paulistas sobre as aldeias Paresi. As aldeias Paresi foram devastadas e, em 1797, o engenheiro português Ricardo Franco de Almeida Serra, registrou que os Paresi "estavam praticamente extintos pelas incursões, escravização e emigração causadas pelos portugueses."

Em 1751, a corrida do ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso chegava a seu fim. Ela custara o extermínio de milhares de índios e alcançou para o Governo português um extenso território desabitado.

A FRENTE PASTORIL

O ciclo das bandeiras paulistas é dividido em três fases:

1) *a caça ao índio,* nos arredores de S.Paulo e no extremo sul, contra as reduções jesuíticas;

2) *o ciclo do ouro* do século 18 em direção ao oeste;

3) *as expedições punitivas* contra as tribos que impediam a expansão das fazendas do gado no nordeste.

As primeiras fazendas de gado se instalaram na Bahia no século 16, acarretando grandes fortunas para seus proprietários. Em 1671, as autoridades baianas pediram a ajuda dos bandeirantes para "limpar os campos de índios para usá-los para o gado." Os bandeirantes começaram a devassar o sertão. Voltaram com poucos prisioneiros, porque a maioria dos índios foi morta ou dizimada por epidemias. Aos poucos, os bandeirantes adentravam pelo sertão, subindo o rio S. Francisco, à cata de escravos índios. Atrás deles vinham os rancheiros, abrindo fazendas, no interior de Sergipe, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Em 1711, os rancheiros alcançam os sertões do Piauí. No fim do século 17, um padre relatou que em todo o Piauí havia 441 pessoas, entre índios, brancos e mestiços. A "civilização do couro", que ocupava uma área de centenas de quilômetros, ao longo do rio S.Francisco, com latifúndios imensos era um deserto de homens. Havia poucas mulheres brancas, fazendo com que os vaqueiros se servissem das índias.

Para tão espantoso despovoamento contribuíram outros paulistas.

Exterminadas ou escravizadas as tribos do Nordeste, os rancheiros se moveram rumo ao Maranhão. Os Tremembé, também grupo Kariri, que vivia no litoral, entre o Ceará e o Maranhão, foram atacados em 1679 pelo filho de Bento Maciel Parente, o exterminador dos Tupinambá do Maranhão. A "vitória" foi de tal monta, que não restou índio algum, nem mesmo mulheres e crianças, para ser escravizado.

Em 1700, o governo português autoriza a captura de índios para os engenhos. Abusos incríveis acontecem, como atrair os índios a um churrasco, cercá-los ou exterminá-los; decepar cabeças de índios, por homens montados, por puro divertimento.

A fúria e o terror desencadeados pelos portugueses provocaram a última grande revolta dos índios "Tapuia" do Nordeste, em 1712. Os índios eram tratados pior que os animais.

As populosas aldeias dos Timbíra, no interior do Maranhão, consideradas "incivilizáveis", foram por isso objeto de uma guerra de extermínio nas primeiras décadas do século 18.

A frente pastoril avançou para Goiás e daí para o Pará, numa política de despovoamento: sempre limpando o terreno do seu habitante indígena para entregá-lo ao gado.

PENETRAÇÃO CIVILIZADORA DOS SÉCULOS 19 E 20

A FRENTE EXTRATIVISTA

Eduardo Galvão discerne três épocas na história das relações entre índios e brancos na Amazônia. A primeira, da conquista territorial e subjugação do índio, que vai de 1600 a 1759. O período seguinte, de 1759 a 1840, é marcado pela substituição das missões pelo regime de Diretorias de Índios, criado pelo Marquês de Pombal.

Essa mudança, apesar da legislação protecionista vigente, não melhora a situação dos índios. Pelo contrário, ela se deteriora com a intensificação, "à força de armas", da mão-de-obra indígena, não só na coleta de produtos naturais, mas em outros empreendimentos mercantis do Estado. No rio Negro, implantam-se cultivos agrícolas para exportação à Belém e a Portugal (café, cacau, cana-de-açúcar, algodão, anil) ao lado dos tradicionais (mandioca, milho, favas) e a introdução de gado.

Sedes de antigas aldeias se transformam em vilas, a exemplo de Mariuá (Barcelos), dos Manao. Em 1729, Belchior Mendes de Morais havia morto ou aprisionado 20 mil índios Manao.

No período decorrido entre 1840 e 1920 ocorre a fase da exploração de gomas elásticas, principalmente a borracha. Houve espoliação e dizimação de inúmeras tribos durante a época que representou o *rush* da borracha no século 20.

Os grupos ainda não destribalizados, mas já em contato com os comerciantes dos igarapés, eram terrivelmente explorados, a ponto de trocarem uma garrafa de cachaça pela produção de seringa (borracha) de um ano inteiro.

"Tapuio" era a designação atribuída aos índios destribalizados da Amazônia. Os "tapuios" constituíam os trabalhadores dos brancos, chamados "índios já domesticados".

As epidemias, que grassaram durante e após a revolta da Cabanangem, deram praticamente cabo dos Mura, calculados em 60 mil índios no início do século 18.

A CONQUISTA DO BRASIL CENTRAL

A ocupação do território nacional ainda não devassado nos séculos 19 e 20, se assemelha em tudo à dos séculos precedentes. Só que, em lugar dos bandeirantes, encontramos bandos armados de chacinadores de índios, que usam estratagemas antigos, como: envenenar as águas com estricnina, deixar roupas contaminadas de varíola, botar fogo nas aldeias, ofertas de cachaça, para amolecer as vontades e a consciência, etc.

Consideravam o índio uma fera indomável que se opunha ao caminho da civilização; um peso morto que detinha as terras virgens; um empecilho ao progresso e à urbanização.

A história dessa penetração feita quase sempre a ferro e fogo, é a do avassalamento e extermínio de um elenco infindável de tribos.

Em 1850, uma lei de terras regulariza a posse territorial. Embora nos dispositivos legais ficasse consignada a doação de terras públicas pertencentes aos Estados para usufruto indígena, elas eram e continuam sendo invariavelmente transferidas a particulares, através de mil artimanhas de dolo e má fé. Assim se retira ao índio o chão sob seus pés, ou seja, a parte essencial para a sua sobrevivência.

Os índios Akwen dividiram-se em dois grupos: os Xavante que se instalaram à margem esquerda do Tocantins e os Xerente, na margem direita. A depopulação dos Xerente foi tão drástica como a de outros grupos que se opuseram à expansão pastoril. De 4 mil em 1824, sobraram 1.360 em 1900, 800 em 1929 e 350 em 1957.

Os grupos Kayapó setentrionais enfrentavam levas de castanheiros e seringueiros que se derramavam sobre seu território, partindo de Conceição do Araguaia e de Altamira, no rio Xingu, onde ninguém escondia o ódio mortal contra esses índios.

A FRENTE AGRÍCOLA

Em território baiano, era aberta uma nova fronteira, de plantadores de cacau. Os índios enfrentaram grupos de jagunços empreitados pelos grandes fazendeiros de cacau para exterminá-los. Para isso, usaram o envenenamento das aguadas e a contaminação propositada de varíola.

Durante a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, surgem os especialistas em massacres de índios, os tristemente célebres "bugreiros", que queimavam as aldeias, devastavam as roças e matavam indiscriminadamente homens, mulheres e crianças. Os maiores morticínios ocorreram entre 1908 e 1910.

Um outro ramo dos Kaingáng, os Xokléng (chamados Bugres pelos colonos), ocuparam as matas de araucária entre Paraná e Santa Catarina. Em meados do século 19, partes de suas terras foram retalhadas e vendidas a camponeses italianos, alemães e eslavos, para exploração agrícola. Aqui a invasão era de menor vulto, se comparada à cafeeira e cacaueira, representada por famílias isoladas que construíram suas casas e lavraram suas terras com as próprias mãos. Armadas porém de preconceitos, e contrários ao trato com o índio, viam nele o inimigo implacável, pronto a roubar e a matar, e a atitude dos colonos tornava qualquer entendimento impossível.

Um alemão Dr. Hugo Guensch, médico de Blumenau, defendia os índios e opunha-se aos bandos de homens perversos, contratados pelos colonos para atacarem os indígenas.

Outro alemão, entretanto, o cientista Hermann von Ihering, advogava por qualquer solução, contanto que não se frustrasse o empreendimento colonizador.

"...Em primeiro lugar se deve defender os brancos contra a raça vermelha. Qualquer catequese com outro fim não serve (...) Se a tentativa não der resultado algum (...) então, sem mais prestar ouvidos às imprecações enfáticas e ridículas de extravagantes apóstolos humanitários, proceda-se como o caso exige, isto é, exterminem-se os refratários à marcha ascendente de nossa civilização."

Seria impossível enumerar as leis governamentais quebradas, promessas não-cumpridas e esperanças dos índios por um tempo melhor, um tempo de paz e respeito. Até os dias de hoje. Como é que os nossos irmãos indígenas poderão confiar em nós brancos?

Um Chamado ao Arrependimento

Em maio de 2004, foi introduzido no Congresso dos Estados Unidos uma resolução histórica – um pedido de desculpas aos povos nativos Americanos. No seu discurso, o Senador Brownback (R-KS) declarou:

> "Esta é uma resolução de desculpas e de reconciliação. É um primeiro passo em direção à cura de feridas que nos têm dividido durante tanto tempo... Já é hora - até mesmo passou da hora - de sararmos as divisões de nossa terra, e nos unirmos num só povo. Antes de uma reconciliação, deve haver reconhecimento e arrependimento. Antes de haver um relacionamento durável, deve haver entendimento." *

Através desse panfleto, é a nossa intenção trazer luz ao povo cristão a respeito desses fatos, sem jogar a culpa contra uma igreja ou outra. Queremos reconhecer que os pecados que levaram as pessoas mencionadas acima a agir de uma maneira tão anticristã, são os mesmos que vemos hoje em dia em nosso povo e até em nossas igrejas: amor ao dinheiro e pelo poder, cobiça, mentiras, orgulho, hipocrisia e muitos outros. Nossas cidades, igrejas e casas foram construídas sobre o solo onde foi derramado sangue inocente.

A mensagem de Jesus - "Arrependei-vos, pois está próximo o reino dos céus" - foi a mensagem da qual Ele também encarregou os Seus discípulos: "Pregar o arrependimento a todas as nações" (Lucas 24.47). A M.Basilea, nossa fundadora, escreveu:

> "Quando uma pessoa se arrepende, mal precisa falar, quase não precisa dirigir aos outros grandes sermões. Quando prostrada, com coração quebrantado, perante Deus e os homens, diz apenas: "Pequei, sou culpado", estas palavras possuem um poder vital que é capaz de romper corações petrificados e ressuscitar mortos para a vida... Confessar o pecado e admitir a culpa, abre o coração daquele a quem, desta maneira, pedimos o perdão." **

Que Deus tenha misericórdia de nós, para que possamos assumir a verdade dos fatos históricos, produzir "frutos dignos de arrependimento" e encontrar maneiras de abraçar nossos irmãos indígenas no verdadeiro espírito de Cristo . As Irmãs

* Esta resolução foi traduzida para o português e pode ser solicitada pelo seguinte endereço:

** Leitura recomendada: *O Caminho mais certo para a Felicidade* (sobre Arrependimento) M.Basilea Schlink.

Canaã no Brasil, C.P.440, 80011-970 Curitiba, PR - canaan@canaan.org.br
Tel. 41 3254-6730